



**CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO  
DOS JULGADOS DE PAZ**

# **RELATÓRIO**

**DO**

**Conselho de Acompanhamento dos  
Julgados de Paz**

**DE JUNHO/JULHO DE 2003**



**CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO  
DOS JULGADOS DE PAZ**

## **RELATÓRIO**

Do Conselho de Acompanhamento da Criação, Instalação e Funcionamento dos Julgados de Paz, a apresentar à Assembleia da República e ao Governo, por interpretação extensiva do n.º 3 do art. 65.º da Lei 78/2001, de 13.07, em Junho/Julho de 2003, juntando, em anexo:

1. Relatório deste Conselho de 04.06.2002
2. Sugestões do mesmo Conselho de 08.10.2002
3. Parecer da Assembleia da República sobre aquele relatório
4. Alterações de Protocolos do Ministério da Justiça com Municípios
5. Estatística sobre o número de Cidadãos por freguesia (e, portanto, por Municípios), conforme elementos do Instituto Nacional de Estatística.
6. Relatório dos Julgados de Paz para efeitos deste relatório
7. Estudos da Direcção Geral da Administração Extrajudicial (DGAE) e do Julgado de Paz de Lisboa sobre as disponibilidades deste
8. Posições da Advocacia

Discussão finalizada e aprovado em 2 de Julho de 2003.

O Presidente do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz

a) J.O.Cardona Ferreira, **Juiz Conselheiro Jubilado**



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO  
DOS JULGADOS DE PAZ

I

O Conselho de Acompanhamento da Criação, Instalação e Funcionamento dos Julgados de Paz tinha de apresentar, durante a primeira quinzena de Junho de 2002, um *relatório* de avaliação dos novos Julgados de Paz, à Assembleia da República.<sup>1</sup>

Essa norma foi cumprida conforme texto que o Conselho aprovou em *04 de Junho de 2002* (documentação anexa n.º 1).

Mais tarde, recomposto o Conselho, após as eleições legislativas ocorridas em 2002, o Conselho aprovou, em *8 de Outubro de 2002*, e apresentou, à Assembleia da República e ao Governo, *propostas concretas e casuísticas de alteração não só da Lei 78/2001* (Lei quadro dos modernos Julgados de Paz), como de todos os diplomas legislativos e regulamentares sobre os Julgados de Paz (documentação anexa n.º 2).

Entre as normas então propostas a propósito de matéria da competência da Assembleia da República e, portanto, da Lei 78/2001 – o que vale dizer, também acerca das atribuições deste Conselho – *propusemos que passássemos a elaborar um relatório sobre cada ano civil, até ao fim de Fevereiro do ano seguinte, à Assembleia da República e ao Governo* (no futuro art. 65.º). Contudo e porque, no entretanto, a Lei 78/2001 ainda não foi revista, é nosso entendimento que se justifica interpretar extensivamente o actual n.º 3 do art. 65.º daquela Lei e apresentar um relatório de avaliação, à Assembleia da República, projectado entre 1 e 15 de Junho e, depois, discutido e aprovado em 2 de Julho de 2003.

É o que fazemos, em 2003, com este texto.

II

Basicamente, deve começar por dizer-se que *mantemos, de um modo geral, as apreciações que fizemos em Junho e Outubro de 2002*. Não há razões de fundo que nos levem alterar o que, então, relatámos e

<sup>1</sup> - Art. 65.º, n.º 3 da Lei 78/2001, de 13.07



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO  
DOS JULGADOS DE PAZ

recomendámos. E, portanto, agregamos, a este relatório, os anteriores. Em verdade, nos textos anteriores, estão ideias que, hoje, seriam repetidas.

Naturalmente, o tempo passou e isso leva não tanto a alterações mas, sim, a *considerações simplesmente complementares actualizadas*.

Em verdade, os *Meios Alternativos* de Prevenção e Resolução de Diferendos continuam a constituir, nos tempos que correm, opções genericamente *justificadas* e, mesmo, *necessárias* para, *conjugadamente* com outras medidas, *se assumir o que é prescrito na Constituição da República Portuguesa acerca da Justiça* (v.g. arts. 20, 202 n.º 4, 209 n.º 2, 217 n.º 3).

Deve, aliás, frisar-se que os Julgados de Paz, embora hoje tenham uma estrutura moderna, difundida por todo o mundo cultural em que Portugal se insere, são uma instituição que, com uma ou outra forma de realização, é mais antiga que a nacionalidade portuguesa.<sup>2</sup>

No “ancien régime”, os Meios, hoje, ditos Alternativos eram aqueles de que os Povos dispunham, para além, naturalmente, dos distantes Meios “oficiais” emergentes da estrutura do Estado daquele tempo.

E é assim que, com a vitória do Liberalismo e a existência de Constituições Políticas, estas foram reflectindo ou consentindo na existência desses Meios ditos Alternativos, desde logo a notável Constituição Política de 1822.<sup>3</sup>

Dando um salto no tempo, a CRP de 1976 nunca se opôs à existência de Julgados de Paz. Mas, efectivamente, só com a revisão de 1997, os explicitou. E a forma e a oportunidade têm um significado notável.

Em verdade, a CRP de 1976 sempre se preocupou com a Justiça. Mas a *revisão de 1997 constitui um marco muito significativo nesta preocupação*.

Basta pensar que foi na revisão constitucional de 1997 que se inseriu, por *unanimidade*, os Julgados de Paz no conjunto de Tribunais “lato sensu”, *ainda que diferentes, designadamente, dos Judiciais e dos Administrativos e*

<sup>2</sup> - Entre outros estudos, Francisco Cortez, “O Direito”, a Arbitragem Voluntária em Portugal, 1992, III e IV; Galhardo Coelho, Julgados de Paz e Mediação de Conflitos, 13.

<sup>3</sup> - Art. 117.º.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO  
DOS JULGADOS DE PAZ

*Fiscais*<sup>4</sup>; e foi nessa mesma revisão, que se *enfatizou* o direito fundamental de acesso ao Direito e a “*tutela jurisdicional efectiva*” (em vez de simples acesso ao Direito e aos Tribunais), através de processo equitativo, a decidir em prazo razoável<sup>5</sup>, também por unanimidade.

*Bem se pode dizer que se almejou o Estado de Justiça, como sublimação do Estado de Direito Democrático.*

E é assim que surge – também por unanimidade – a Lei-quadro sobre Julgados de Paz, a Lei 78/2001, de 13.07.

A esta luz, a primeira fase dita experimental, dir-se-á que não o foi tanto da existência de Julgados de Paz mas, muito mais, do seu modo concreto de existência.

### III

Logo em Junho de 2002, este Conselho que, para além de atender a tudo quanto respeita à nomeação e disciplina (“*lato sensu*”) dos Juízes de Paz, acompanha tudo quanto se apercebe relativamente à criação, instalação e funcionamento dos Julgados de Paz, fez uma análise altamente positiva da renovada instituição, assinalando algo a ser reponderado:

- *divulgação*, que continua a necessitar de ser mais actuante, pese embora, também este Conselho fazer tudo quanto pode por essa divulgação;
- *competências*, que se apresentavam como muito reduzidas e, em certos pontos, não clarificadas;
- *disseminação*, ainda que gradativa, pelo País.

### IV

O Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz teve, posteriormente, o gosto de conhecer um douto *Parecer da Comissão de*

<sup>4</sup> - Art. 209.º, n.º 2, em sintonia com os arts. 202.º, n.º 4 e 217.º, n.º 3.

<sup>5</sup> - Art. 20.º, epígrafe e n.º 4.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO  
DOS JULGADOS DE PAZ

*Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República*, genericamente consentâneo com aquele relatório deste Conselho, Parecer, esse que, tendo subido a Plenário, nos termos do art. 66.º da Lei 78/2001, de 13.07, não foi objecto de qualquer alteração, tendo sido remetido, pela Assembleia da República, ao Governo (documentação anexa n.º 3).

Em conjugação com tudo isto, o “reforço do projecto dos Julgados de Paz” faz parte do Programa do Governo, e teve reflexos na Lei 32-A/2002, de 30.12, Grandes Opções do Plano para 2003.

E, para além das consonantes posições dos Órgãos de Soberania competentes, no que concerne à Sociedade Civil e a Profissionais forenses acerca dos quais, injustificadamente, se temia a opinião, foi muito significativo verificarmos, no *Anteprojecto do Pacto para a Justiça e Cidadania*, oriundo da Ordem dos Advogados, a *proposta de “disseminação por todo o País dos Julgados de Paz com competência exclusiva para as pequenas causas cíveis e penais”* – (documentação anexa n.º 8).

V

Na data em que este relatório é elaborado, embora se anunciem mais Julgados de Paz, continuam instalados e em funcionamento, apenas, os de Lisboa, Oliveira do Bairro, Seixal e Vila Nova de Gaia.

Continuam a ser muito poucos. Mas, mais, estão anunciados. Neste momento, já está protocolado o de Terras de Bouro.

Deve referir-se que os Julgados de Paz têm uma significativa *vertente municipalista*.<sup>6</sup>

Mas, desde o início, apenas o de Oliveira do Bairro abrangeu todo o respectivo Município.

Agora, *estão protocolados* aumentos das competências territoriais dos restantes 3 Julgados de Paz, de forma a abrangerem os correspondentes municípios (documentação anexa n.º 4). E, isto, nos seguintes termos:

<sup>6</sup> - Arts. 4 e 64.º, n.º 3 da Lei 78/2001, de 13.07.



**CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO  
DOS JULGADOS DE PAZ**

- a) Em 21 de Março de 2003, foi protocolado, entre o Ministério da Justiça e a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, além de ajustamentos no horário do respectivo Julgado de Paz, ampliação da competência territorial de forma a abranger não só as 3 freguesias que já abrangia mas, também, as restantes três, ficando previsto um Posto de Atendimento.
- b) Em 16 de Abril de 2003, foi protocolado, entre o Ministério da Justiça e a Câmara Municipal de Lisboa, além de ajustamentos horários do respectivo Julgado de Paz, ampliação da competência territorial de forma a vir a abranger não só as três freguesias iniciais, mas todas as do município de Lisboa (53), prevendo-se um novo Posto de Atendimento.
- c) Em 7 de Maio de 2003, foi protocolado, entre o Ministério da Justiça e a Câmara Municipal do Seixal, além de pormenores de horários do respectivo Julgado de Paz, ampliação da competência territorial de forma a abranger não só as 3 freguesias iniciais, mas todas as do município, ou seja, 6, tendo sido previsto um novo Posto de Atendimento.

De todo o modo e ao contrário do que muitas pessoas que logo se dirigiram aos respectivos Julgados de Paz supuseram, como se sabe, estas alterações só entraram e entrarão em vigor após alterações legais, que acabam de ocorrer, basicamente, com o Decreto Lei 140/2003, de hoje mesmo, 02.07 (de todo o modo, cremos que se justifica *modificar as respectivas Portarias regulamentares, designadamente por causa de novos horários protocolados que não foram abrangidos pelo D.L. 140/2003*).

O que está em causa, no âmbito anteriormente referido é, como se disse, matéria de competência territorial, que *não* colide com a Lei-quadro 78/2001.

Mas tudo isto implica atenção.

É, genericamente, bom e altamente significativo o aumento das competências territoriais. Quanto a Oliveira do Bairro, a solução progressiva



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO  
DOS JULGADOS DE PAZ

*pode passar por agrupamento de Municípios contíguos, nos termos do n.º 1 do art.4.º da Lei 78/2001. Mas tal recomenda Postos de Atendimento nos respectivos Municípios e automóvel para deslocação dos Juízes de Paz, Mediadores e Funcionários do Julgado de Paz aos vários Municípios.*

Desde logo, justifica-se que todos os Cidadãos dos respectivos municípios beneficiem, em igualdade, da existência de Julgados de Paz. E, outrossim, a escassa dimensão laboral que existia e não poderia manter-se, também justifica aumento de competências territoriais. Contudo, devem ser ponderados, cautelarmente, certos factores, em ordem a que não se perca a *qualidade* dos Julgados de Paz, ou seja, a “rentabilidade” de um Julgado de Paz, Meio Alternativo à Justiça Comum, não pode ser, simplesmente, quantificada – mas, sim, *qualificada*, como é nossa segura convicção que os Órgãos de Soberania têm presente.

As competências em razão do objecto, do valor e da matéria dependem, cremos, da Assembleia da República, até porque constam da Lei 78/2001.<sup>7</sup>

E também é certo que este Conselho propôs aumento da competência em razão do valor e, até, materialmente e em razão do objecto; haja em vista, *designadamente*, que mantemos a ideia de que a *execução* das decisões dos Julgados de Paz deveria competir-lhes. Tudo no pressuposto de meios que permitam *harmonizada e oportuna capacidade de resposta*.

## VI

Mas, cautelarmente, vejamos a *situação* potencial quanto aos Julgados de Paz de Vila Nova de Gaia, Lisboa, Seixal, Oliveira do Bairro posteriormente Terras de Bouro, conforme elementos do Instituto Nacional de Estatística (documentação anexa n.º 5).

<sup>7</sup> - Arts. 6.º, 8.º e 9.º da Lei 78/2001, de 13.07.





CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO  
DOS JULGADOS DE PAZ

**a) Vila Nova de Gaia**

Número de habitantes que têm sido abrangidos	47.909
Número de habitantes que vão acrescer	<u>240.840</u>
Número de habitantes que ficarão abrangidos	288.749

**b) Lisboa**

Número de habitantes que têm sido abrangidos	98.050
Número de habitantes que vão acrescer	<u>466.607</u>
Número de habitantes que ficarão abrangidos	564.657

**c) Seixal**

Número de habitantes que têm sido abrangidos	42.052
Número de habitantes que vão acrescer	<u>108.219</u>
Número de habitantes que ficarão abrangidos	150.271

**d) Oliveira do Bairro**

Número de habitantes que têm sido abrangidos	21.164
Número de habitantes que vão acrescer	<u>101.337</u>
Número de habitantes que ficarão abrangidos	122.501

**e) Terras de Bouro**

Número de habitantes que ficarão abrangidos	8.350
---	-------

*Repetimos uma nota essencial: Nos Julgados de Paz não se põe só uma questão de eficiência quantitativa; põe-se, fundamentalmente, uma questão de proximidade humana.<sup>8</sup>*

Isto sendo, depois de ouvirmos os respectivos Juizes de Paz e de elaborarmos as nossas próprias análises, cremos que vale a pena o alargamento imediato total das áreas dos Julgados de Paz de *Vila Nova de*

<sup>8</sup> - Lembremo-nos de que, em França, os Juizes de Paz são chamados "Juges de Proximité"



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO  
DOS JULGADOS DE PAZ

Gaia e do Seixal, desde que tal coincida com adequados *Postos de Atendimento* que permitam a razoável *proximidade* e que estes Postos não obriguem a retirar Funcionários das sedes desses Julgados de Paz.

Quanto a *Lisboa*, considerando a dimensão do Município, pensamos que se justifica o aumento geográfico faseado com as restantes freguesias mas que será necessária a criação e instalação de 2 *Secções separadas*<sup>9</sup> e que tal coincida com a *abrangência global do Município*.

Não podemos deixar de insistir que, para além de enorme salto em termos de cidadãos abrangíveis pelo Julgado de Paz, *a dimensão geográfica do Município de Lisboa põe um problema muito importante relativamente à essência do que são os Meios Alternativos, designadamente os Julgados de Paz, a saber, a proximidade, elemento nuclear no humanismo desta instituição*. Os Juízes de Paz, os Mediadores e os Funcionários têm de ter tempo para prestarem a atenção de que as pessoas necessitem, inclusive para, eles próprios, se deslocarem, sempre que necessário.<sup>10</sup>

Esta orientação cautelar poderá permitir, cremos, em especial, um certo aumento da competência em razão do valor e até um critério realista na definição de valores. Lembremo-nos, por exemplo, de que, se há casos que justificam a intervenção de Julgados de Paz são os de emissão de ruídos, cheiros, fumos, que convém *fora do rigorismo* conceptualista do art. 312.º do C.P.C.

Note-se que os dois grandes problemas que não têm viabilizado uma maior procura dos Julgados de Paz se encontra, a nosso ver, em:

- Necessidade de maior e permanente *divulgação*, que permite combater inércias e hábitos enraizados;
- Clarificação da competência *exclusiva*, e não meramente *optativa*, dos Julgados de Paz.

<sup>9</sup> - Art. 15.º da Lei 78/2001.

<sup>10</sup> - Art. 4.º, n.º 3 da Lei 78/2001.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO  
DOS JULGADOS DE PAZ

Optativa é a mediação, mesmo a integrada, como fase importante, nos Julgados de Paz.

O modo como está redigido o art. 9.º da Lei 78/2001 já viabiliza, cremos, o entendimento de que a competência material dos Julgados de Paz é exclusiva, e não optativa.<sup>11</sup> Mas há que reconhecer que a não suficiente explicitação desse pormenor importante e a *inexistência de despacho liminar na generalidade de processos dos Tribunais Judiciais* concorrem para a possibilidade de serem propostas acções, em Tribunais Judiciais, que competiriam aos Julgados de Paz. Por isso, é saudável o novo n.º 5 do art. 234.º-A do C.P.C., ex vi do D. L. n.º 38/2003, de 08.03, que viabiliza que a secretaria judicial suscite despacho liminar em casos de falta de pressuposto insuprível de conhecimento oficioso – o que se aplicará aos processos instaurados a partir da data da entrada em vigor do D. L. n.º 38/2003.<sup>12</sup>

## VII

Para efeitos deste relatório e para além dos relatórios mensais habituais, pedimos relatórios especiais aos Juízes de Paz.

Desses relatórios, resultam, entre outros, os seguintes elementos (documentação anexa n.º 6).

### ***Vila Nova de Gaia***

Entre 1 de Maio de 2002 e 30 de Abril de 2003, foram feitos 510 atendimentos de cidadãos; deram entrada 98 processos e findaram 101 (alguns vinham de trás, como é óbvio). Em 30.04.2003, ficaram pendentes 7 processos. O tempo médio de pendência foi de 31 dias. A receptividade dos Cidadãos que têm podido beneficiar do Julgado de Paz tem sido muito boa. A Advocacia tem recebido bem esta renovada instituição. Segundo fonte do

<sup>11</sup> - Joel Pereira, “Julgados de Paz”, 56; Ana Soares da Costa e Marta Samúdia Lima, “Julgados de Paz e Mediação Um Novo Conceito de Justiça”, 170.

<sup>12</sup> - Arts. 21.º e 23.º do D.L. n.º 38/2003, de 08.03.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO  
DOS JULGADOS DE PAZ

Instituto Nacional de Estatística, a verdade é que se passará de 47.909 para 288.749 Cidadãos, face à nova área geográfica.

Daí que os respectivos Juízes de Paz proponham não simultâneo aumento de competências em razão do valor e da matéria e, desde já, proponham não apenas um novo Posto de Atendimento, já previsto, mas também a existência de mais um(a) técnico(a) de atendimento e, ainda, mais uma ou duas Secções.

Parece-nos que o número de processos entrados tem sido excessivamente escasso, o que porventura terá que ver com a situação geográfica do Julgado de Paz e reduzida divulgação geral, pese embora o esforço, designadamente, dos respectivos Juízes de Paz.

Face à conveniente abertura de um novo Posto de Atendimento, parece seguro que terá de dispor de Funcionário(s) próprio(s), que convirá *não* retirar da sede do Julgado de Paz.

Naturalmente, o significativo aumento de competência territorial implicará cautelas no aumento de competência em razão do objecto, do valor e da matéria, posto que o desenvolvimento terá de ser *sustentado*.

O problema não será tanto de capacidade material do Julgado de Paz, *mas das características de humanismo, proximidade e celeridade*, aliás, como em todos os Julgados de Paz.

Cremos que terá de ser admitida a hipótese de criação de uma nova Secção,<sup>13</sup> em local diferente da sede do Julgado de Paz. Mas, quanto a este Julgado de Paz, face à reduzida entrada anterior, cremos que será caso de *esperar para ir vendo*, embora atentamente e *sem deixar degradar a situação*. Ou seja, será caso de se admitir a existência de outra Secção, *logo que necessária* mas, numa imediata fase, ir vendo o que ocorre de facto.

<sup>13</sup> - Art. 15.º da Lei 78/2001, de 13.07.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO  
DOS JULGADOS DE PAZ

### **Seixal**

Quanto ao Seixal, houve, entre 1 de Maio de 2002 a 30 de Abril de 2003, 1414 atendimentos (o que é muito), mas poucos processos entrados (84), ficando 19 pendentes em 1 de Maio de 2003, com 30 dias de pendência média processual.

Boa capacidade.

O aumento de Cidadãos potencialmente abrangidos pelo Julgado de Paz é significativo, passando de 40.052 para 150.271.

Em síntese, parece que, também quanto ao Seixal, poderá haver um tempo de esperar para ir vendo, isto é, acompanhar-se, com atenção, o resultado do significativo aumento da competência territorial, com mais um Posto de Atendimento (e Funcionários próprios), antes do passo seguinte. De todo o modo, se for previsível, como parece, um não excessivo prejuízo da celeridade até aos 60/90 dias por processo e, *principalmente, não for prejudicado o humanismo e a proximidade*, nesta medida, porventura, seria de tentar um ponderado e sustentado aumento de competência em razão do objecto, do valor e da matéria, principalmente de ajustamentos em razão do valor e sobre outros pontos muito concretos, como no que concerne a processos cautelares.

### **Oliveira do Bairro**

Como se sabe, é o único dos Julgados de Paz da 1.ª fase experimental que, sempre, abrangeu o respectivo Município. E fê-lo com mérito assinalável. Justifica-se, também aqui, uma perspectiva de aumento da competência territorial, designadamente através de agrupamento, conforme viabiliza o art. 4.º da Lei 78/2001, de 13.07, e acaba de reflectir-se no Decreto Lei 140/2003, de 02.07.

Entre 1 de Maio de 2002 e 30 de Abril de 2003, houve 359 atendimentos, embora, nesse período, tivessem entrado só 69 processos, ficando 12 pendentes.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO  
DOS JULGADOS DE PAZ

Note-se que o atendimento é uma das funções mais importantes do Julgado de Paz, através de Funcionários qualificados, realizando, desde logo nesta fase, a *Justiça humanista e de proximidade*, esclarecendo os Cidadãos e, muitas vezes, escriturando as posições que são transmitidas verbalmente. Também, a tudo isto, têm de estar atentos os Juizes de Paz, que não podem limitar-se a fazer julgamentos. Daí que não admire que os Ex.mos Juizes de Paz relatem um tempo médio de Atendimento, para cada caso, de 45 minutos.

Não nos esqueçamos que estamos a referir-nos a Meios Alternativos de Prevenção e Resolução de Diferendos.

Tempo de pendência média dos processos – 29 dias.

Receptividade dos Cidadãos: boa/ótima.

Não podemos deixar de considerar muito merecedor de atenção, designadamente, o documento complementar do respectivo relatório – em anexo, como os demais, aliás todos merecedores de atenção.

A inter-actividade com a Advocacia é muito significativa.

### **Lisboa**

Este é, sem dúvida, pela sua potencialidade, o caso mais carente de atenção.

Com o aumento da competência territorial já legislado, virá a passar-se da abrangência de 3 freguesias para 53.

Como reflectimos, não pode haver só uma questão quantitativa. Há, *principalmente, uma problemática de proximidade e qualitativa.*

Note-se que a escassa abrangência *não* poderia manter-se. O Julgado de Paz poderia, e pode, ter mais abrangência do que, inicialmente, lhe foi cometida. O circunstancialismo *até onde e com que meios* é que não pode deixar de ser *sustentado*.

Entre 1 de Maio de 2002 e 30 de Abril de 2003, houve 1591 Atendimentos, com tempo médio de 1 hora para cada processo entrado, e 10 minutos de tempo médio sem entrada de processo. Número de processos



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO  
DOS JULGADOS DE PAZ

entrados naquele período: 92, ficando 6 pendentes. Tempo médio de pendência: 43,17 dias.

A boa receptividade compagina-se com o desejo de abrangência dos Cidadãos de outras freguesias, que não só das, inicialmente, abrangidas.

Receptividade da Advocacia: muito positiva.

No caso do Julgado de Paz de Lisboa, o número de Cidadãos que têm sido e dos que passarão a ser abrangidos pelo Julgado de Paz final, virão a passar de quase 100 mil (98.050), para mais de quinhentos e cinquenta mil (564.657).

O grande problema é o da proximidade. Mas também o do tempo de resposta.

Pensamos que mais uma ou duas Secções são necessárias, *conforme* o número de freguesias que forem sendo abrangidas pela competência do Julgado de Paz, ou seja, a partir de 1 de Outubro de 2003.

Os Juízes de Paz não podem limitar-se a fazer julgamentos, conforme já reflectido.

A proximidade e o humanismo exigem permanente *disponibilidade*. Já o dissemos.

### ADVOCACIA

*Temos encontrado, na Ordem dos Advogados, a melhor compreensão e o maior apoio.*

Basta referir que, no Anteprojecto do Pacto para a Justiça e Cidadania, a Ordem dos Advogados propôs, entre o mais, "*disseminação por todo o País dos Julgados de Paz com competência exclusiva para as pequenas causas cíveis e penais*" (documento anexo n.º 8). Não é demais frisar esta ideia.

Isto diz tudo.

A Advocacia localizada manifesta-se de maneira semelhante (documentação, anexo n.º 9).



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO  
DOS JULGADOS DE PAZ

VIII

EM CONCLUSÃO SINTÉTICA

Este Conselho, a quem compete acompanhar a criação, instalação e funcionamento dos Julgados de Paz e decidir o que concerne aos Juizes de Paz – não só as nomeações, mas tudo o que respeita às respectivas funções (excepto, obviamente, intrometer-se nas decisões concretas), - tem procurado cumprir os seus deveres.

Como assim, expressou e reexpressa que *os Julgados de Paz são uma instituição necessária à Cidadania e à Justiça*.

No último ano, os Julgados de Paz cativaram os Cidadãos que, deles (poucos), puderam dispor.

Bom foi que tivessem sido legislados aumentos de competências territoriais. Todos os Julgados de Paz existentes justificavam aumentos.

Mas, até onde? *Claro que o número de Cidadãos das respectivas áreas é um elemento importante, embora se saiba que não é, necessariamente, proporcional ao aumento de questões. É-o tendencialmente.*

Concordamos que todos os Cidadãos dos respectivos Concelhos possam dispor do “seu” Julgado de Paz. E, em Oliveira do Bairro, a nosso ver, justifica-se agrupamento.

Mas até onde vai a margem de manutenção de *humanismo, proximidade e eficiência*? E como conjugar isso com as competências em razão do objecto, do valor e material? E, daí, como reflectir tudo em novos Julgados de Paz?

Com os elementos de que dispomos, e ponderando que ainda será bom um tempo de pendência processual médio que vá até aos dois meses ou pouco mais, pensamos, em síntese, que:

- a) Ao aumento das competências territoriais, poderão acrescer razoáveis e limitados aumentos de competências em razão do objecto, do valor e matéria, o que tem que ver com os arts. 6.º, 8.º, e 9.º da Lei 78/2001, de 13.07 e, portanto, basicamente, com a Assembleia da República e a revisão da Lei 78/2001, de 13.07.





CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO  
DOS JULGADOS DE PAZ

- b) Mas isto convirá que seja ponderado, antecipadamente, inclusive, quanto aos meios disponíveis, para que não haja quebra dos méritos dos Julgados de Paz, mormente em termos de *humanismo, proximidade e eficiência*.
- c) Há que estar atento às situações de Vila Nova de Gaia e do Seixal, quanto à evolução de procura, criando-se, para já, Postos de Atendimento, presentemente, na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e em Junta de Freguesia do Julgado de Paz do Seixal.
- d) Em Lisboa, cremos que convirá que a completa dilatação da competência territorial, quando ocorrer, seja acompanhada por duas Secções localizadas em pontos distantes da sede do Julgado de Paz (Telheiras) - Cfr. (documentação anexa n.º 10).
- e) Quanto ao Julgado de Paz de Oliveira do Bairro, é conveniente um entendimento com os Municípios agrupados, criando-se, desde já, Postos de Atendimento, preferentemente nas Câmaras Municipais de Águeda, Anadia e Mealhada, e obtendo-se meio de transporte de Juízes de Paz, Mediadores e Funcionários.

## IX

### AS REVISÕES LEGISLATIVAS

Tal como é sabido, este Conselho propôs, em 8 de Outubro de 2002, a revisão de toda a moldura legislativa e fez propostas muito concretas e generalizadas.

*Destacamos, neste momento, algumas situações de necessidade mais premente, a maior parte das quais tem que ver com a Lei 78/2001, de 13.07, para além e sem prejuízo das demais sugestões anteriormente apresentadas, mormente em 8 de Outubro de 2002 (documentação anexa n.º 2).*

***Assim, principalmente:***

- Não tem sentido que o Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, Órgão imanente da Assembleia da República e com base



**CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO  
DOS JULGADOS DE PAZ**

justificável no n.º 3 do art. 217.º da Constituição não tenha de ser ouvido, “a priori”, sobre qualquer acto legislativo ou regulamentar dos Julgados de Paz.<sup>14</sup>

- É justificado que os Julgados de Paz venham a ter competência executiva das suas decisões.<sup>15</sup>
- Em razão do valor, deve existir maleabilidade que ultrapasse o rigorismo formal do CPC (art. 312.º) para casos de ambiente localizado (ruídos, cheiros, etc.).<sup>16</sup>
- Em razão da matéria, pelo menos a abrangência de processos cautelares nos Julgados de Paz, no que concerne às questões que já podem decidir em definitivo, é algo que nos parece incontroverso. E deve ser clarificado que a competência dos Julgados de Paz é exclusiva e não optativa.<sup>17</sup>
- Não pode deixar de ser ao Conselho de Acompanhamento (ou a Julgado de Paz de 2.º grau) que deve caber o conhecimento de impedimentos ou suspeições de Juizes de Paz.<sup>18</sup>

É indispensável definir a situação futura dos Juizes de Paz. A Lei actual fala em nomeação por 3 anos. E depois? Neste momento, já há Juizes de Paz com quase metade desse tempo e têm-se dedicado, com muito empenhamento, ao exercício das suas funções. Há que viabilizar algo do tipo “inspecções” por iniciativa e supervisão deste Conselho e, mantendo-se aptos, a eventual renomeação (com máximo de 6 anos, na medida do possível, *no mesmo* Julgado de Paz), nova diuturnidade ao fim de certo período. *É uma questão urgente*. O limite da renomeabilidade seria igual ao dos Magistrados Judiciais ou, pelo menos, o geral da função pública.<sup>19</sup>

<sup>14</sup> - Art. 3.º da Lei 78/2001

<sup>15</sup> - Art. 6.º da Lei 78/2001

<sup>16</sup> - Art. 8.º da Lei 78/2001

<sup>17</sup> - Art. 9.º da Lei 78/2001

<sup>18</sup> - Art. 21.º da Lei 78/2001

<sup>19</sup> - Art. 25.º da Lei 78/2001.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO  
DOS JULGADOS DE PAZ

- Evitando impasse inconveniente, convém que um simples incidente *não* implique remessa a Tribunal Judicial.<sup>20</sup>
- cremos que não pode deixar de ser possível reconvenção se a eventual matéria for inserível na competência dos Julgados de Paz.<sup>21</sup>
- A Justiça *não formal* dos Julgados de Paz é incompatível com a confissão ficcionada a partir da não contestação e da falta. O Juiz de Paz deve poder, sempre, averiguar.<sup>22</sup>
- Não se justifica o impasse de remessa do processo ao Tribunal Judicial só porque foi requerida uma perícia.<sup>23</sup>
- Os recursos devem ser apreciados, na situação actual, directamente de Julgado de Paz por uma Relação, como no caso dos Tribunais Arbitrais.<sup>24</sup>
- O Conselho de Acompanhamento deve continuar a exercer as suas funções, inclusive à luz do n.º 3 do art. 217.º da Constituição, e como factor de respeito pelos princípios constitucionais da separação e da independência de Poderes<sup>25</sup>, com meios adequados e, inclusive e *designadamente*, com representação dos Juizes de Paz e da Advocacia, devendo, *além do mais*, fazer um relatório anual à Assembleia da República e ao Governo.<sup>26</sup>

<sup>20</sup> - Art. 41.º da Lei 78/2001.

<sup>21</sup> - Art. 48.º da Lei 78/2001.

<sup>22</sup> - Art. 58.º da Lei 78/2001.

<sup>23</sup> - Art. 59.º da Lei 78/2001.

<sup>24</sup> - Art. 62.º da Lei 78/2001.

<sup>25</sup> - Art. 65.º da Lei 78/2001.

<sup>26</sup> - Arts. 110.º, n.º 1 e 111.º, n.º 1 da CRP.



**CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO  
DOS JULGADOS DE PAZ**

**X**

Estas são, de momento, as considerações que nos parecem indispensáveis apresentar à Assembleia da República e ao Governo.

Este Conselho está, firmemente, empenhado em colaborar na edificação de um sistema útil à Cidadania e à Justiça.

Continuando a acompanhar o projecto, daremos conhecimento se algo o justificar.

Aliás, continuaremos a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República as actas de todas as reuniões que realizamos; e continuaremos a manter estreito relacionamento com o Governo, em ordem a podermos assumir a colaboração atempada possível que, a nosso ver, convém que seja realizada “a priori” de cada acontecimento ou acto legal ou regulamentar.

Como nota muito importante, há que frisar que *este Conselho terá de fazer preceder a nomeação de Juízes de Paz de oportunos prazos de apresentação de requerimentos. E isto não pode deixar de pressupor, designadamente quanto aos novos Julgados de Paz, que este Conselho saiba, com adequada antecendência, as datas de instalação para que possa nomear, publicar e empossar os respectivos Juízes de Paz aquando das cerimónias de abertura dos Julgados de Paz.*

Por outro lado, é urgente a revisão da Lei 78/2001, de 13.07, nomeadamente quanto ao art. 15 (*regime de substituição dos Juízes de Paz*) porque só está prevista a nomeação de um Juiz de Paz para cada novo Julgado de Paz.